

Conhecimento produzido sobre saúde mental e economia solidária: uma revisão de escopo

*Conocimiento producido sobre salud mental y economía solidaria:
una revisión documental*

*Knowledge produced about mental health and solidarity economy:
a scope review*

Lisabelle Manente Mazaro¹
Mariane de Góes Camargo²
Isabela Aparecida de Oliveira Lussi³

Recibido: 30 de agosto de 2021

Aprobado: 10 de marzo de 2022

Publicado: 6 de mayo de 2022

Cómo citar este artículo:

Manente Mazaro, L, De Góes Camargo, M y De Oliveira Lussi, I.A.. (2022). Conhecimento produzido sobre saúde mental e economia solidária: uma revisão de escopo. *Cooperativismo & Desarrollo*, 30(123), 1-24.
doi: <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2022.02.01>

Artigo de investigação. <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2022.02.01>

¹ Doutora em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Professora Substituta do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, Brasil

Correo electrónico: lisabelle@ufscar.br, lisabellemazaro@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1972-9331>

² Graduada em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Brasil

Correo electrónico: marianegoes@live.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6143-0771>

³ Pós-Doutora em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal, Professora Substituta do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Correo electrónico: bellussi@ufscar.br, isabelalussi@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3632-5539>



Resumo

A (re)inserção de pessoas em sofrimento psíquico no trabalho tem se dado de forma expressiva por meio da economia solidária. Considerando a não identificação de estudos de revisão anteriores acerca deste tema, emergiu a proposta deste estudo. O objetivo é caracterizar e analisar a literatura relevante sobre economia solidária e saúde mental. Trata-se de uma revisão de escopo realizada em bases de dados online e a análise dos resultados se deu de maneira descritiva. Foram identificadas 42 produções, todas publicadas em português, sendo 25 artigos, 14 dissertações e 3 teses; os anos de publicação variaram entre 2007 e 2020; há predomínio da abordagem qualitativa; e os principais referenciais teóricos adotados pelos autores são: economia solidária, desinstitucionalização e reabilitação psicossocial. Ressaltamos a importância deste estudo, uma vez que foi possível identificar e analisar o que se tem produzido nesse campo, bem como apontar lacunas que poderão direcionar uma agenda de pesquisa.

Palavras-chave: Economia solidária, inclusão social, reabilitação, revisão de escopo, saúde mental, trabalho.

Resumen

La (re)inserción laboral de las personas con sufrimiento psicológico se ha dado de forma expresiva por medio de la economía solidaria. Teniendo en cuenta la falta de identificación de estudios de revisión previos sobre este tema, surgió la propuesta de este estudio. El objetivo es caracterizar y analizar la literatura relevante sobre economía solidaria y salud mental. Se trata de una revisión documental realizada en bases de datos en línea y el análisis de los resultados fue descriptivo. Se identificaron 42 producciones, todas publicadas en portugués, correspondientes a 25 artículos, 14 disertaciones y 3 tesis; los años de publicación están entre 2007 y 2020; hay un predominio del enfoque cualitativo; y las principales referencias teóricas trabajadas por los autores son: economía solidaria, desinstitucionalización y rehabilitación psicossocial. Destacamos la importancia de este estudio, ya que permitió identificar y analizar lo que se ha producido en este campo, así como señalar los vacíos que pueden orientar una agenda de investigación.

Palabras clave: Economía solidaria, inclusión social, rehabilitación, revisión documental, salud mental, trabajo.

Descritores:

I15 Salud y Desarrollo Económico

J29 Asignación de tiempo, comportamiento laboral y determinación de empleo: outro

P13 Empresas Cooperativas

Abstract

The (re)insertion of people under psychological distress in the work occurred expressively through solidarity economy. Considering the absence of previous review studies addressing this theme, the proposal for the present study emerged. The purpose is characterize and analyze the relevant literature on solidarity economy and mental health. This is a scoping review conducted at online databases using descriptive data analysis. Forty-two studies, all published in Portuguese, were identified between 2007 and 2020: 25 articles, 14 master's theses, and three doctoral dissertations. The studies were predominantly conducted using the qualitative approach, and solidarity economy, deinstitutionalization, and psychosocial rehabilitation were the main theoretical frameworks adopted by the authors. The importance of this scoping review is emphasized, since it identified and analyzed the scientific production in this field, as well as pointed out gaps that can guide a research agenda.

Keywords: Solidarity economy; mental health; work, social inclusion, rehabilitation, review.

Introdução

A assistência em saúde mental se reconfigurou no Brasil a partir do final dos anos 70, com o surgimento do movimento da Reforma Psiquiátrica. Desde então inúmeras mudanças ocorreram e um dos desafios enfrentados é a potencialização do trabalho como dispositivo de inclusão social às pessoas em sofrimento psíquico (Brasil, 2005a).

A perspectiva do trabalho como promotor de inclusão social às pessoas em sofrimento psíquico é mais atual, passível de ser observada nos documentos alusivos à Reforma Psiquiátrica como também na rotina de grande parte dos serviços de atenção à saúde mental no território brasileiro (Andrade et al., 2013).

Com o intuito de traçar políticas públicas que garantam o protagonismo dos projetos de inclusão social pelo trabalho e fomentar o trabalho associado, cooperativo e autogerido como ferramenta de promoção de cidadania e inclusão de pessoas em sofrimento psíquico, em 2004, houve a articulação entre a área técnica de Saúde Mental, do Ministério da Saúde e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Brasil, 2005b). Tal parceria foi possível porque os movimentos da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária “compartilham princípios fundamentais quando fazem a opção ética, política e ideológica por uma sociedade marcada pela solidariedade” (Brasil, 2005a, p.37).

A economia solidária é orientada, entre outros princípios, pela autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização da diversidade e emancipação (Brasil, 2007). É por tais características que a economia solidária se apresenta como possibilidade concreta para a inclusão no mundo do trabalho de pessoas que foram apartadas deste universo por se desviarem dos padrões de normalidade socialmente exigidos.

Diante do exposto e levando em consideração a história recente da articulação entre saúde mental e economia solidária, emergiu nas pesquisadoras as seguintes questões de pesquisa: O que se tem produzido cientificamente sobre saúde mental e economia solidária? Quais as características dessas produções? Assim, o objetivo deste estudo é caracterizar e analisar a literatura relevante sobre economia solidária e saúde mental.

Método

Trata-se de uma revisão de escopo da literatura nacional e internacional acerca da produção de conhecimento em saúde mental e economia solidária. A finalidade de

uma revisão de escopo é identificar os principais conceitos que fundamentam uma área específica de conhecimento, investigar a amplitude, abrangência e natureza da pesquisa, compilar e divulgar os dados, além de identificar as lacunas no conhecimento (Arksey e O'Malley, 2005).

As buscas foram realizadas no mês de fevereiro de 2019 e atualizadas em fevereiro de 2021 nas seguintes bases de dados: Applied Social Sciences Index & Abstracts (ASSIA); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Portal de Periódicos da CAPES; Psycinfo (APA); SciELO.org; Scopus (Elsevier); Sociological Abstracts (ProQuest); e Web of Science.

Foram incluídos estudos publicados na íntegra, disponíveis de forma gratuita nos idiomas inglês, espanhol e português, utilizando descritores, os quais foram combinados aplicando o operador booleano 'AND'. As combinações usadas para construir a busca foram: em português 'saúde mental' AND 'economia solidária'; em inglês '*mental health*' AND '*solidarity economy*'; e em espanhol '*salud mental*' AND '*economia social y solidaria*'.

Foram consideradas produções apenas aquelas em formato de artigo, dissertação e tese, tendo sido excluídas listas de colaboradores, editorial e sumário. Não foi determinado um período, em anos, para a seleção das produções e os critérios de inclusão das produções levaram em conta sua relevância e a presença e combinação dos descritores no título, palavras-chave ou resumo.

Após a leitura criteriosa das produções na íntegra, foi elaborada uma planilha no *Microsoft Excel*, a fim de sistematizar os dados e categorizar os estudos selecionados. Foram extraídas informações necessárias como: título, autores, tipo de publicação, periódico ou universidade, ano de publicação, palavras-chave, objetivo, metodologia, cidade do estudo, articulações com serviços, população participante, principais conceitos, concepção de trabalho adotada, referenciais teóricos adotados e principais resultados. A análise realizada foi a descritiva.

Resultados e Discussão

Na busca inicial foram identificadas 300 produções, tendo sido excluídas 251 delas após a primeira etapa da seleção, permanecendo 49 para a leitura dos resumos. Nesta segunda etapa foram eliminadas mais 5 produções tendo em vista os objetivos da revisão, continuando 44 para a leitura na íntegra e sumarização. Tendo sido realizada a terceira etapa, foram excluídos ainda dois estudos: um por se tratar de um recorte de gênero e outro cujos grupos de inclusão social pelo trabalho analisados

não são específicos da saúde mental, permanecendo 42 produções para análise. A figura 1 apresenta detalhadamente o processo de seleção dos estudos.

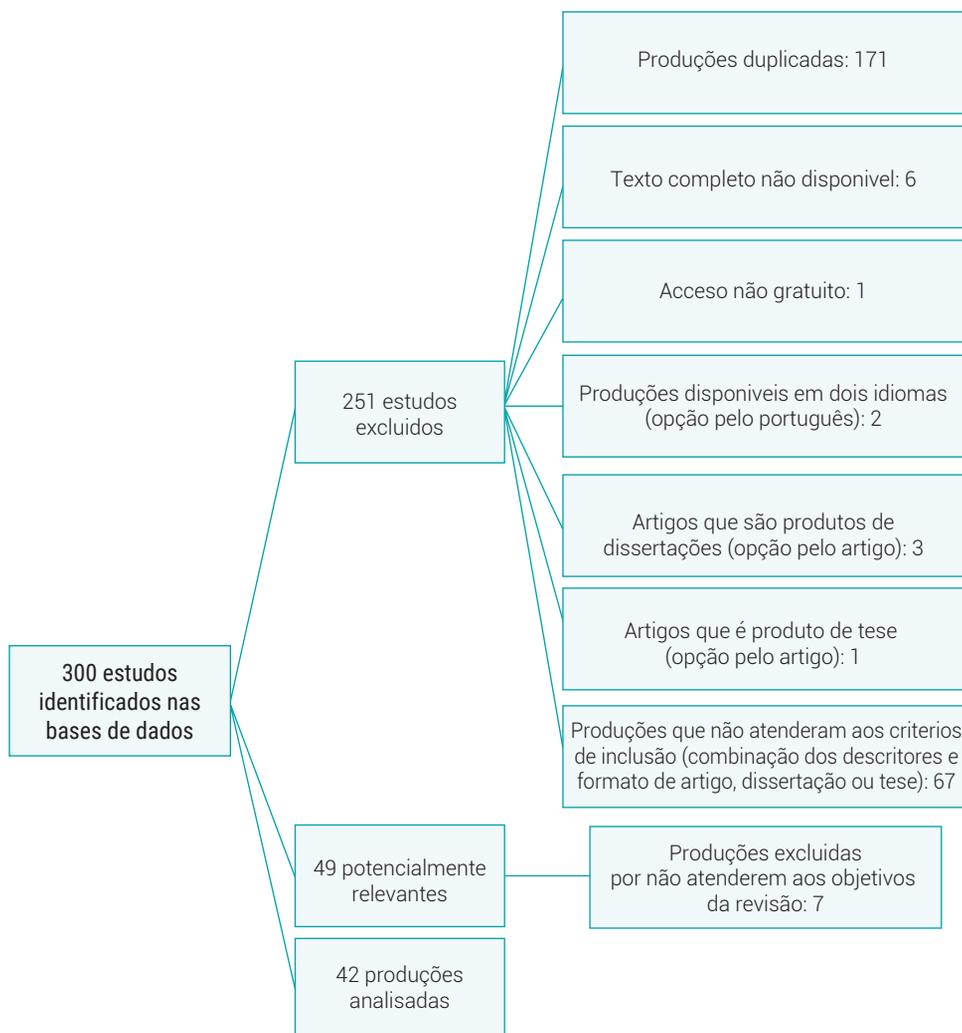


Figura 1. Seleção dos estudos analisados

Fonte: elaboração própria

Foram analisadas 42 produções (25 artigos, 14 dissertações e 3 teses), todas publicadas em português. Trata-se, portanto, de um reflexo da realidade brasileira, uma vez que todos os trabalhos foram desenvolvidos no Brasil. Apesar das buscas terem sido realizadas nos três idiomas, os resultados foram exclusivamente na língua portuguesa e a caracterização das produções analisadas pode ser visualizada nas tabelas abaixo (tabelas 1 e 2).

Tabela 1. Caracterização dos artigos analisados

Título	Autores	Ano
Reflexão acerca das políticas públicas brasileiras na óptica do pós-colonialismo	PEREIRA, M.O.; BARROS, S.; OLIVEIRA, M.A.F.	2010
Saúde mental e economia solidária: a família na inclusão pelo trabalho	FILIZOLA, C.L.A.; TEIXEIRA, I.M.C.; MILIONI, D.B.; PAVARINI, S.C.I.	2011
Cooperativismo social: notas etnográficas sobre a invenção e regulação de políticas públicas	SARTORI, L.	2011
Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental	LUSSI, I.A.O.; PEREIRA, M.A.O.	2011
O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária	LUSSI, I.A.O.; MORATO, G.G.	2012
A experiência de incubar um empreendimento solidário formado por usuários de saúde mental	ROJO, P.T.; FILIZOLA, C.L.A.; ZERBETTO, S.R.; CORTEGOSO, A.L.	2012
Articulação saúde mental e economia solidária: relato de projeto de inclusão social	PEDROZA, A.P.; OLIVEIRA, F.B.; FORTUNATO, M.L.; SOARES, P.F.C.	2012
A economia solidária na inclusão de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São Paulo	BARRETO, R.O.; LOPES, F.T.; PAULA, A.P.	2013
Economia solidária e reabilitação vocacional no campo da drogadição: possibilidades e limites das práticas atuais	BONADIO, A.N.; SILVEIRA, C.	2013
Políticas públicas de saúde mental e economia solidária: construção de uma nova concepção	LIMA, I.B.; SILVA, J.E.; CRUZ, S.S.	2013
Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária	ANDRADE, M.C.; BURALI, M.A.M.; VIDA, A.; FRANSOZIO, M.B.B.; SANTOS, R.Z.	2013
Enfrentamentos e construção de projetos de trabalho para a superação da laborterapia	KINKER, F.S.	2014
Da orientação profissional à inserção laboral de usuários de serviços de saúde mental em empreendimentos econômicos solidários	SILVA, L.G.; CORTEGOSO, A.L.; LUSI, I.A.O.	2014
O encontro da loucura com o trabalho: concepções e práticas no transcurso da história	ANDRADE, M.C.; COSTA-ROSA, A.	2014
Economia solidária, saúde mental e prática do terapeuta ocupacional: relatos de participantes de um grupo de geração de trabalho e renda	FERRO, L.F.; MACEDO, M.; LOUREIRO, M.B.	2015
Saúde mental e economia solidária: a experiência de usuários e trabalhadores de um CAPS II	CAMPOS, O.O.; MAGALHÃES, Y.B.; KIKUCHI, P.; JABUR, P.A.C.; REBOUÇAS, F.; PINHEIRO, G.M.	2015
Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político	SANTIAGO, E.; YASUI, S.	2015
Iniciativas de geração de trabalho e renda, economia solidária e terapia ocupacional: aproximações possíveis e construções necessárias	MORATO, G.G.; LUSI, I.A.O.	2015
Sentidos e processos psicossociais envolvidos na inclusão pelo trabalho na saúde mental	MORAES, R.C.P.; CASTRO-SILVA, C.R.	2016
Oficinas de geração de trabalho e renda na atenção psicossocial: reflexões sobre um equipamento e suas produções de cuidado	RODRIGUES, A.C.; YASUI, S.	2016
Saúde mental e trabalho: diálogos sobre direito, desejo e necessidade de acesso	SILVA, A.P.D.; FERIGATO, S.H.	2017

(continua)

(viene)

Título	Autores	Ano
Articulação das políticas públicas de saúde mental e economia solidária - iniciativas de geração de trabalho e renda	OLIVEIRA, F.B.; MOREIRA, M.R.C.; LIMA JUNIOR, J.F.; NASCIMENTO, D.C.; SILVA, F.M.S.; ANTUNES, J.	2018
Economia solidária, saúde mental e arte/cultura: promovendo a racionalidade política dos comuns	VERONESE, M.V.	2020
Economia solidária como meio de inclusão social no serviço de saúde mental de Teixeira de Freitas, BA	NOGUEIRA, G.B.; FERREIRA, R.B.R.	2020
Economia solidária como estratégia de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: panorama nacional	MAZARO, L.M.; MATSUKURA, T.S.; LUSSI, I.A.O.	2020

Fonte: elaboração própria

Entre os periódicos elencados para publicação dos artigos, os Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional se destacam com 8 publicações. Os demais periódicos aparecem em menor proporção, sendo 2 artigos na Revista de Enfermagem da UFPE Online; 2 na revista Psicologia: Ciência e Profissão; 2 na Revista da Escola de Enfermagem da USP; 1 nos Cadernos de Psicologia Social do Trabalho; 1 na revista Ciência & Saúde; 1 na revista HOLOS; 1 na Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste (RevRene); 1 no Ponto Urbe – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP; 1 na revista Saúde e Sociedade; 1 na revista Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia; 1 nos Cadernos Brasileiros de Saúde Mental; 1 na revista Psicologia e Sociedade; 1 na revista Mosaicum; e 1 na Polis, Revista Latinoamericana.

Tal panorama, além de revelar os periódicos com aceitação de publicações sobre a articulação entre os temas da saúde mental e da economia solidária, chama a atenção para os três núcleos profissionais com grande potencial na atuação em iniciativas de inclusão social pelo trabalho no âmbito da saúde mental e cujos periódicos específicos dão abertura para reflexões sobre o tema. São elas: Terapia Ocupacional, Psicologia e Enfermagem. Os demais periódicos eleitos para as publicações têm um perfil mais multidisciplinar.

Tabela 2. Caracterização das dissertações e teses analisadas

Dissertações		
As necessidades de saúde da perspectiva dos usuários de um serviço comunitário de saúde mental	MOTA, T.D.	2007
Saúde mental e trabalho: transversalidade das políticas e o caso de Juiz de Fora	MENDES, S.M.O.	2007
A experiência de trabalho de usuários de um CAPS, integrantes de um empreendimento econômico solidário - construindo vidas e possibilidades	MILIONI, D.B.	2009

(continúa)

(viene)

Cooperativas sociais no Brasil: debates e práticas na tecitura de um campo em construção	MARTINS, R.C.A.	2009
O livro de receitas d´O Bar Bibitantã - conquistas e desafios na construção de um empreendimento econômico solidário na rede pública de atenção à saúde mental no município de São Paulo	BALLAN, C.	2010
A trajetória do portador de sofrimento psíquico no processo de desinstitucionalização: história oral	SILVA, P.M.C.	2012
Interface entre políticas públicas de saúde mental e economia solidária: a inserção socioproductiva de pessoas com transtornos mentais	CANCELA, A.G.R.	2012
Saúde mental e economia solidária: trabalho como dispositivo de autonomia, rede social e inclusão	PACHECO, M.L.	2013
Economia solidária e a produção de cidadania na saúde mental: um estudo dos dispositivos de inclusão social pelo trabalho no estado de São Paulo	PINHO, K.L.R.	2015
Inclusão social pelo trabalho: estudo comparativo entre as políticas públicas de saúde mental do Brasil e da Inglaterra	SANTOS, L.B.H.	2016
Saúde mental e economia solidária: construindo estratégias de reabilitação psicossocial	ALVES, G.O.	2016
Economia solidária e inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: identificando potencialidades e fragilidades	MAZARO, L.M.	2017
Desafios da intersectorialidade entre trabalho e saúde mental	SAYEG, E.	2017
Saúde mental e trabalho: reconstrução de identidade e emancipação social	LIMA, C.M.A.	2019
Teses		
Análise da política do ministério da saúde do Brasil para a atenção integral dos usuários de álcool e outras drogas	PEREIRA, M.O.	2009
Trabalho, reabilitação psicossocial e rede social: concepções e relações elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral	LUSSI, I.A.O.	2009
Saúde mental, economia solidária e cooperativismo social - políticas públicas de reconhecimento e acesso ao trabalho (2004-2013)	MARTINS, R.C.A.	2014

Fonte: elaboração própria

Em relação às universidades onde foram desenvolvidas as dissertações, têm-se: 3 na Universidade de São Paulo (USP); 3 na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); 2 na Universidade de Brasília (UnB); 1 na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); 1 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); 1 na Universidade Federal do Pará (UFPA); 1 na Pontifícia Universidade Católica – São Paulo (PUC-SP); 1 na Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e 1 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Em relação às teses, 2 foram desenvolvidas na USP e 1 na UnB.

Do total de teses e dissertações, 7 foram desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação (PPG) em Enfermagem ou vinculados à Escolas de Enfermagem, 2 em PPG em Serviço Social, 2 em PPG vinculado à Departamento de Sociologia, 1 em PPG em Psicologia Clínica e Cultural, 1 em PPG em Psicologia Social, 1 em PPG em Terapia Ocupacional, 1 em PPG em Ciência, Tecnologia e Sociedade e 1 em PPG em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, evidenciando um protagonismo de PPGs da

área de Enfermagem. No entanto, apesar das pesquisas de mestrado e doutorado sobre a temática em questão terem sido desenvolvidas de forma expressiva em PPGs da área de Enfermagem, há uma concentração de publicação de artigos em revistas da área de Terapia Ocupacional.

Destacamos as 11 produções, entre dissertações e teses, realizadas em universidades localizadas na região Sudeste em contraste com as 3 realizadas no Centro-Oeste, 1 no Sul, 1 no Norte e 1 no Nordeste. Tal resultado nos leva a reflexão e inferência que seja pela maior concentração de PPGs nessa região em comparação com as demais regiões. De acordo com a Plataforma Sucupira (importante ferramenta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação), são 4.651 Programas de Pós-Graduação avaliados e reconhecidos no território brasileiro. Destes, 2008 (43%) estão localizados no Sudeste, 998 (22%) no Sul, 967 (21%) no Nordeste, 394 (8%) no Centro-Oeste e 284 (6%) no Norte (Capes, 2020).

No que se refere ao ano das publicações, o período variou entre 2007 e 2020, conforme pode ser observado na Figura 2 abaixo.

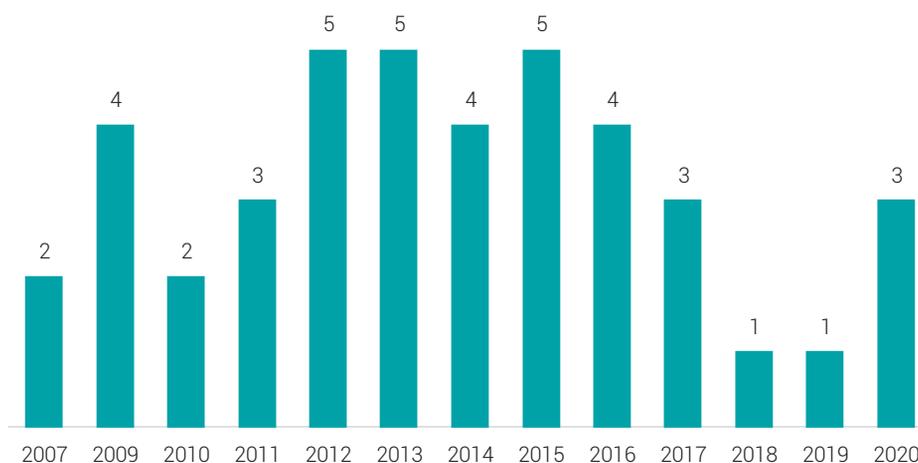


Figura 2. Ano de publicação das produções analisadas

Fonte: elaboração própria

Todas as produções são posteriores a 2004, ano em que foi firmada a parceria entre os movimentos da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária e que estimulou o desenvolvimento das experiências de inclusão social pelo trabalho na área da saúde mental (Brasil, 2005b; Singer e Schiochet, 2014). Os bancos de dados – Cadastro de Inclusão Social pelo Trabalho (CIST) e Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES) – comprovam que tal crescimento foi bastante expressivo após esse ano.

O CIST era um banco de dados exclusivo da saúde mental que ficou disponível entre abril de 2007 e outubro de 2015 e reunia "experiências organizadas em grupos de produção, associações, cooperativas, oficinas e ONGs" (Brasil, 2006, p. 15). Ele publicou, via informativo intitulado Saúde Mental em Dados (Brasil, 2006) do Ministério da Saúde que, para maio de 2006 havia um total de 230 iniciativas mapeadas no território nacional. Em seu último levantamento, ocorrido em 2013, o CIST identificou 1.008 iniciativas no país (Brasil, 2016).

Concomitantemente, a Secretaria Nacional de Economia Solidária realizou dois mapeamentos nacionais dos empreendimentos econômicos solidários: a) o primeiro mapeamento, concluído em 2007, deu origem ao SIES 2005-2007; e b) o segundo mapeamento nacional, concluído em 2013 (SIES 2010-2013). Embora não seja um banco de dados específico da saúde mental, nele é possível identificar as iniciativas de geração de trabalho e renda que são compostas predominantemente por pessoas em sofrimento psíquico, inclusive quando decorrente do uso problemático de álcool e outras drogas.

De acordo com o SIES 2010-2013, as primeiras iniciativas do campo da saúde mental tiveram início na década de 1980 e o período histórico em que houve o maior surgimento de novos empreendimentos foi a década de 2000, especialmente a partir de 2004. Dos 140 EES cadastrados, 70 iniciaram suas atividades entre 2004 e 2013, ano em que o mapeamento foi finalizado (Mazaro, Matsukura e Lussi, 2020). Os resultados desta revisão apontam que o histórico dos estudos da área acompanhou essa trajetória, uma vez que não foram localizadas produções anteriores a 2007. Além disso, houve grande concentração de publicações entre os anos 2009 e 2017, mostrando que a parceria estabelecida e, conseqüentemente, o aumento do número de experiências de inclusão social pelo trabalho na área da saúde mental impulsionaram a pesquisa e a produção de conhecimento sobre a temática.

Ficou evidente que a disponibilização, nesse período, destes três bancos de dados com informações sistematizadas sobre as experiências de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária também impulsionou pesquisas na área. Das produções analisadas, 13 exploram informações desses bancos de dados e outros 7 estudos fazem referência a existência de, pelo menos, um deles. Neste sentido ressaltamos a importância dos mapeamentos realizados no contexto nacional e a necessidade de atualização dos dados.

Em relação à natureza dos estudos, há predomínio da abordagem qualitativa, que foi adotada em 27 das 38 produções; a abordagem mista foi utilizada em 2 produções; e nas 13 produções restantes, embora não esteja denominada a abordagem utilizada, após leitura criteriosa é possível inferir que se tratam de pesquisas de

abordagem qualitativa, especialmente a partir da análise do percurso metodológico, desenho, resultados e análise dos dados dos estudos.

Entendemos que a escolha por tal abordagem tenha se dado pela possibilidade de maior apreensão e aprofundamento dos fenômenos sociais estudados (Minayo, 2014) e, portanto, sendo mais adequada para estudos desta temática. A natureza qualitativa “trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões” (Minayo e Sanches, 1993, p. 247), o que permite explorar mais profundamente a complexidade dos fenômenos, situações e condições singulares e específicas de grupos minoritários, porém, passíveis de serem contemplados de forma abrangente.

No que diz respeito aos referenciais teóricos adotados pelos autores dos estudos, alguns se destacam, tais como economia solidária que sustenta 4 produções; a desinstitucionalização, referida como referencial teórico em 4 estudos; a Reabilitação Psicossocial que embasa 2 estudos; e a Reforma Psiquiátrica adotada em 1 estudo.

Com exceção da economia solidária, os demais referenciais adotados apresentam interlocução entre si, apontando a mudança de paradigma e as transformações que ocorreram no cuidado em saúde mental. Desde o início das discussões a respeito do processo de desinstitucionalização, a reabilitação psicossocial tem sido muito abordada. “Os princípios, objetivos e pressupostos da reforma psiquiátrica orientam as práticas nos serviços. Da mesma maneira, existem princípios, objetivos e valores que orientam o trabalho de reabilitação psicossocial” (Hirdes, 2009, p. 166).

O referencial da Economia Solidária articula-se com os referenciais da saúde mental na perspectiva da inclusão social pelo trabalho. Isso porque ambos compartilham princípios e valores, especialmente na busca por uma sociedade menos injusta e mais inclusiva (Santiago e Yasui, 2015).

Há outros referenciais teóricos anunciados pelos autores, tais como Sociologia das Ausências e Sociologia das Emergências e Pós-Colonialismo, ambos fundamentados na obra do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos; Teoria Foucaultiana; Psicologia Social Comunitária, Esquizoanálise e Sociologia Crítica. Porém, ressaltamos que 24 produções não explicitam os referenciais teóricos adotados pelos autores.

Os diferentes conceitos adotados nas produções também foram analisados, perfazendo os objetivos deste estudo e merecem destaque: economia solidária, reabilitação psicossocial, trabalho, desinstitucionalização, inclusão social, reforma psiquiátrica, empresa social, inclusão social pelo trabalho, cooperativismo social, emancipação social e tecnologia social. Observamos que alguns referenciais teóricos adotados por determinados estudos são tratados como conceitos embaixadores em

outros, no entanto, nem sempre fica explícito no texto quais as incursões teóricas adotadas, o que revela uma lacuna no conhecimento produzido.

Quanto à caracterização das produções em relação ao tipo de estudo, observamos que 18 deles não o definem e, entre os estudos que o explicitam há uma pluralidade de alternativas, na qual se destacam os 7 estudos descritivos, 5 estudos de caso, 5 pesquisas bibliográficas, 4 estudos exploratórios e 4 estudos documentais. Essa diversidade se justifica pela especificidade de cada estudo em relação aos seus objetos e objetivos. Deixar de informar sobre a opção metodológica adotada torna-se uma fragilidade pois deixa de garantir ao leitor uma interpretação correta dos resultados, além de não deixar um caminho aberto à reprodução do estudo, se for o caso (Cáceres et al., 2011). Identificamos aqui uma importante lacuna no que se refere à exposição metodológica, visto que ela é considerada a coluna dorsal de um estudo. Em algumas produções analisadas isso fica ainda mais acentuado, dificultando a total compreensão do leitor sobre os percursos metodológicos adotados.

Salientamos que 10 das 38 produções referem-se exclusivamente a estudos teóricos e/ou documentais e/ou reflexões críticas. São pesquisas extremamente relevantes que ajudam a compor o arcabouço epistemológico do campo, uma vez que analisam exclusivamente as políticas públicas brasileiras de saúde mental (Pereira et al., 2010), a articulação entre estas políticas com as de economia solidária enquanto proposta alternativa de organização de trabalho orientada à reabilitação psicossocial (Lima et al., 2013), ou ainda analisam comparativamente as leis, portarias, decretos, declarações, resoluções, registros oficiais, estratégias e diretrizes utilizados pela Inglaterra e pelo Brasil para incluir socialmente as pessoas em sofrimento psíquico por meio do trabalho (Santos, 2016).

Há também aqueles estudos que refletem sobre as concepções teóricas relativas à inclusão social pelo trabalho a partir dos conceitos de empresa social e economia solidária (Lussi e Pereira, 2011); o suposto potencial reabilitador da laborterapia, ancorado no paradigma psiquiátrico, em contraposição à potência emancipatória das propostas que articulam saúde mental e economia solidária, contribuindo para a desconstrução do paradigma psiquiátrico (Kinker, 2014); o encontro da loucura com o trabalho sob a ótica da Psiquiatria, da Psiquiatria Social e de Setor e da Psicoterapia Institucional na França, da Psiquiatria Democrática Italiana e da Reforma Psiquiátrica brasileira (Andrade e Costa-Rosa, 2014); o trabalho na perspectiva da economia solidária como estratégia de atenção em saúde mental (Santiago e Yasui, 2015); e as potencialidades do trabalho na recuperação de pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas (Bonadio e Silveira, 2013).

Por fim, tem-se um relato etnográfico sobre o seminário Reflexões sobre as Diferentes Experiências de Cooperativismo Social (Sartori, 2011); um estudo que identifica o número de iniciativas de inclusão social pelo trabalho e EES do campo da saúde mental, com destaque para a região Nordeste e o estado do Ceará (Oliveira et al., 2018); e um último estudo que analisa a articulação entre as práticas econômicas autogestionárias e a promoção da autonomia nas pessoas em sofrimento psíquico por meio da produção artística/cultural no cenário comunitário (Veronese, 2020).

Como parte da caracterização das produções, os objetivos dos estudos foram analisados e, em linhas gerais, podem ser divididos em 3 subgrupos:

- a) **os que se dedicam às análises documentais** e exploram leis, portarias, decretos, declarações, resoluções, registros oficiais e políticas públicas de saúde mental, de trabalho e renda, de economia solidária e de álcool e outras drogas. São estudos que propõem a análise do processo de construção de políticas e seus desdobramentos; investigação de diretrizes; levantamento de estratégias de enfrentamento; subsídio de programas; e fortalecimento das redes de cuidado aos usuários de saúde mental.
- b) **os que abordam questões relacionadas aos diferentes atores envolvidos** (pessoas em sofrimento psíquico, profissionais, familiares e equipe de incubação) nas experiências de inclusão social pelo trabalho e suas vivências nesse percurso. Os estudos buscam apreender e descrever as atividades desenvolvidas e as experiências vivenciadas por estes atores, conhecer as trajetórias, identificar as percepções e entender as necessidades dos sujeitos, identificar as transformações ocorridas a partir do ingresso em uma experiência de trabalho autogestionário, apresentar as relações entre os diferentes atores envolvidos e o protagonismo de cada um.
- c) **os que abordam os dispositivos de inclusão social pelo trabalho** e/ou empreendimentos econômicos solidários do campo da saúde mental, seja em suas experiências, suas práticas, organização do trabalho, suas potencialidades e fragilidades, processo de incubação e de consolidação. Os estudos buscam analisar tais experiências nos diferentes contextos, seja no âmbito individual, municipal, estadual ou nacional.

Já em relação à caracterização dos participantes das produções analisadas, destacamos os 12 estudos realizados exclusivamente com usuários de serviços de saúde mental que trabalham em alguma experiência de inclusão social pelo trabalho e/ou empreendimento econômico solidário; 7 estudos cujos participantes foram

os usuários-trabalhadores e os profissionais que acompanham as experiências; 3 estudos realizados exclusivamente com profissionais que acompanham as experiências; 2 estudos realizados com gestores, tanto de serviços quanto municipais; 1 estudo cujos participantes foram os usuários-trabalhadores e gestores; 1 estudo cujos participantes são os familiares de usuários de saúde mental que trabalham em alguma experiência de inclusão social pelo trabalho; 1 estudo realizado com a equipe de incubação; 1 estudo que incluiu, entre seus participantes, usuários-trabalhadores, profissionais que acompanham a experiência e familiares; e 1 estudo cujos participantes foram usuários-trabalhadores, consumidores dos produtos, empresas doadoras e técnicos dos sistemas de saúde. Em 13 produções não houve a participação direta de pessoas na produção dos dados.

Quanto às articulações com serviços, destacamos os 19 estudos cujos participantes estão vinculados aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): em 11 deles, a articulação se dá exclusivamente com o CAPS, em 4 há parcerias com CAPS e Centros de Convivência, em 3 deles há cooperação entre CAPS e Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e em 1 estudo há articulação com CAPS e coordenação estadual de saúde mental.

As articulações com equipamentos de atenção à saúde mental são compreensíveis e, em alguns casos, imprescindíveis para a consolidação e até manutenção de alguns EES. A literatura aponta que grande número dessas experiências nasce dentro desses locais e "as atividades aparecem, em sua maioria, no formato de oficina, e, com frequência, os locais de realização destas são os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os centros de convivência, que são dispositivos da política pública da reforma psiquiátrica" (Andrade et al., 2013, p. 185).

Isso "é um indicativo importante da ausência de uma política pública mais abrangente, estruturada, contínua e regulamentada em um nível macro-político" (Carvalhoes, 2008, p. 84). Concordamos com Carvalhoes (2008) e Lussi, Matsukura e Hahn (2011) quanto a necessidade da desvinculação e independência desses projetos de inclusão social pelo trabalho dos serviços de saúde por se tratarem de instâncias diferentes, além do despreparo legal dos serviços de saúde, administrativa e burocraticamente, para lidar com questões de trabalho e geração de renda. "Respeitar e compreender a função de cada lugar favorece o desenvolvimento destes projetos além de possibilitar uma participação e circulação social mais ampliada" (Carvalhoes, 2008, p. 85).

Além disso, quando uma iniciativa de inclusão social pelo trabalho está vinculada a um equipamento de atenção à saúde mental, esta fica submetida às regras da administração pública, o que pode estabelecer hierarquias e relação de dependência,

tanto de recursos quanto de infraestrutura, colocando em risco a autogestão do grupo, a emancipação e o protagonismo dos usuários no processo de trabalho (Martins, 2009).

Já em relação aos principais resultados das produções, estes foram analisados em três categorias:

1. Identificando os pontos positivos da interlocução entre saúde mental

e economia solidária: os estudos apontam que o trabalho na perspectiva da economia solidária para pessoas em sofrimento psíquico é uma experiência de impacto positivo, além de um importante instrumento para efetivação da reforma psiquiátrica e dispositivo de reabilitação psicossocial. Nesse sentido, o trabalho possibilita ganhos materiais e imateriais, entre eles construção de projetos de vida, acesso ou retorno ao trabalho, desenvolvimento de habilidades, aprendizado, crescimento, amadurecimento, responsabilidade, promoção de saúde mental, desenvolvimento humano, autonomia, trocas sociais e materiais, participação em eventos, ganhos afetivos e sociais, resgate para o convívio público, conquista e exercício pleno da cidadania, promoção de trocas de apoio, carinho e solidariedade.

A experiência de trabalho no empreendimento econômico solidário "possibilita o acesso a novos itinerários, ao direito ao trabalho e a construção de um novo olhar para a experiência da loucura no imaginário coletivo" (Ballan, 2010, p. 9), além de permitir o acesso a um território aberto para atribuição de novos sentidos na vida, oportunizando a possibilidade de participação social. Assim, o trabalho solidário é um importante dispositivo para ampliação e fortalecimento do poder contratual, da autonomia, das redes sociais e da inclusão social.

O trabalho promove, ainda, autoconhecimento, auto realização, ressocialização, diminuição da ociosidade, melhora das relações familiares, além de ser uma importante ferramenta para emancipação e inclusão social. É também um fator relevante para a manutenção da qualidade de vida, reconstrução de sonhos e projetos e possibilidade de retorno financeiro.

2. Reconhecendo as fragilidades e desafios do processo de inclusão social

pelo trabalho no campo da saúde mental: embora os estudos ressaltem e valorizem os ganhos advindos do trabalho solidário no âmbito da saúde mental, há aqueles que apontam alguns de seus entraves e dificuldades. O que mais se destaca é o baixo retorno financeiro, além da carência de investimento, falta de recursos materiais, financeiros e de infraestrutura.

As experiências de inclusão social pelo trabalho são ainda frágeis e com poucas condições de gerar renda aos trabalhadores. Há ainda inúmeros desafios quanto à concretização da autogestão e operacionalização da transformação dos usuários em trabalhadores/sócios.

Alguns estudos também apresentam como desafio a superação da concepção dos EES como espaços de tratamento. Corroboramos com Andrade et al. (2013) ao afirmar que o trabalho é um direito humano, produtor de subjetividade, possibilidade concreta de exercício de cidadania e emancipação, além de se afirmar como instrumento de inclusão social.

- 3. Observando as políticas públicas e documentos oficiais:** alguns avanços no processo de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental foram conquistados por meio da implantação de políticas públicas específicas, porém, os estudos apontam a existência de algumas barreiras para o trabalho cooperativo. Entre elas, destacam-se as fragilidades nos marcos conceitual e jurídico e inadequação da legislação que regulamenta as cooperativas sociais, acarretando inúmeros desafios para os EES; necessidade de mecanismos de capacitação e apoio para profissionais que atuam nesta área; necessidade de uma estratégia de atuação em rede para os EES.

É urgente a implementação de políticas públicas que continuem promovendo a articulação entre saúde mental e economia solidária, que contribuam para reflexões acerca do cuidado em saúde das pessoas em sofrimento psíquico e para a garantia do direito ao trabalho para esta população. Tão urgente também é a implementação de mecanismos de capacitação e apoio para profissionais que atuam nessa área, além do desenvolvimento de uma estratégia de atuação em rede para os EES e iniciativas de inclusão social pelo trabalho como um caminho para a consolidação de uma política pública de economia solidária mais consistente (Pedroza et al., 2012; Sayeg, 2017).

Considerações Finais

Apontamos que este estudo atingiu os objetivos propostos, uma vez que foi possível identificar e caracterizar as produções que abordam a interlocução entre saúde mental e economia solidária. Ressaltamos que os resultados desta revisão de escopo são importantes, uma vez que não foram identificados estudos de revisão anteriores

sobre tal temática e foi possível identificar e analisar o que se têm produzido nesse campo.

Ao longo da leitura dos trabalhos, identificamos algumas lacunas importantes na exposição da metodologia - especialmente no que se refere a utilização instrumental das técnicas e métodos de pesquisa e do referencial teórico. Buscamos, de certa forma, recomendar o necessário exercício de vigilância aos pesquisadores, além do comprometimento com a reflexão autocrítica acerca das condições e limites de técnicas, conceitos, pressupostos e teorias empregadas no conhecimento que se constrói.

Foi possível identificar também algumas lacunas do conhecimento, às quais ficam sugestões para novos estudos na área, tais como:

1. Estudos que deem maior visibilidade às experiências dos usuários de saúde mental enquanto trabalhadores de EES e/ou de experiências de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária. São escassas as pesquisas que têm como foco a perspectiva desses atores, enquanto protagonistas de suas histórias;
2. Relatos de experiências exitosas de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental na perspectiva da economia solidária, para além dos benefícios já conhecidos, descritos na literatura da área. Sabemos que a oportunidade de pessoas em sofrimento psíquico exercerem o direito ao trabalho é, prioritariamente, pela perspectiva da economia solidária e, portanto, tais relatos ainda são escassos;
3. Estudos que se debrucem a analisar os processos de autogestão desenvolvidos nestas experiências, principalmente, de seu potencial emancipador;
4. Diante desse cenário, sugerimos pesquisas que nos revelem como está a sustentabilidade dos empreendimentos do campo da saúde mental. Como têm se mantido, quais estratégias adotaram e assim por diante;
5. Estudos que aprofundem as reflexões acerca da economia solidária enquanto uma tecnologia social;
6. Estudos que aprofundem as reflexões acerca da economia solidária e processos emancipatórios.

Além disso, sugerimos também a atualização do banco de dados de iniciativas de inclusão social pelo trabalho e dos EES do campo da saúde mental, uma vez que sua última atualização específica ocorreu em 2010, por meio do Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social pelo Trabalho (CIST), e também por meio do SIES, cuja última atualização se deu no período entre 2010 e 2013 (SIES 2010-2013). Desde

então ocorreram muitas mudanças no cenário brasileiro, com retrocessos, perdas de direitos e desmontes, inclusive a extinção da SENAES e do próprio Ministério do Trabalho e Emprego, e a associação dos assuntos relacionados à economia solidária para a Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana, do Ministério da Cidadania.

Agradecimentos

Agradecemos pelo financiamento da pesquisa:

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Referências

Alves, G.O. (2016). *Saúde mental e economia solidária: construindo estratégias de reabilitação psicossocial* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174448>.

Andrade, M.C., Burali, M.A.M., Vida, A., Fransozio, M.B., e Santos, R.Z. (2013). Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(1), 174-191. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100014>.

Andrade, M.C., e Costa-Rosa, A. (2014). O encontro da loucura com o trabalho: concepções e práticas no transcurso da história. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 7(1), 27-41. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202014000100004&lng=pt&tlng=pt.

Arksey, H., e O'Malley, L. (2005). Scoping studies: towards a methodological framework. *International journal of social research methodology*, 8(1), 19-32. doi: <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>.

Ballan, C. (2010). *O livro das receitas d´O Bar Bibitantã: conquistas e desafios na construção de um empreendimento econômico solidário na rede pública de atenção à saúde mental no município de São Paulo* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7134/tde-11082010-094922/pt-br.php>.

Barreto, R.O., Lopes, F.T., e Paula, A.P.P. (2013). A economia solidária na inclusão social de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São

- Paulo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(1), 41-56. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000100005&lng=pt&lng=pt.
- Bonadio, A.N., e Silveira, C. (2013). Economia solidária e reabilitação vocacional no campo da drogadição: possibilidades e limites das práticas atuais. *Saúde e Sociedade*, 22(1), 99-108. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000100010>
- Brasil. (2002). Sistema Único de Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Organizadora da III CNSM. *Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental*. Brasília, 11 a 15 de dezembro de 2001. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde. Recuperado de http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/saude_mental.pdf.
- Brasil. (2005a). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas.
- Brasil. (2005b). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho*. Editora do Ministério da Saúde.
- Brasil. (2005c). Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. *Portaria nº 1.169/GM*, de 07 de julho de 2005. Destina incentivo financeiro para municípios que desenvolvam projetos de Inclusão Social pelo Trabalho destinados a pessoas portadoras de transtornos mentais e/ou de transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas, e dá outras providências.
- Brasil. (2006). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações Programáticas Estratégicas. Coordenação de Saúde Mental. *Saúde mental em dados*. Ano I, n. 2, jan./jul. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2007). Ministério do Trabalho e Emprego. SENAES. *Economia solidária, outra economia acontece: cartilha da campanha nacional de mobilização social*. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.
- Brasil. (2016). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPES. Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. *Saúde Mental no SUS: cuidado em liberdade, defesa de direitos e rede de atenção psicossocial*. Relatório de Gestão 2011-2015. Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de <https://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/junho/27/Relat--rio-Gest--o-2011-2015---.pdf>.

- Cáceres, A.M., Gândara, J.P. e Puglisi, M.L. (2011). Redação científica e a qualidade dos artigos: em busca de maior impacto. *Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, 23(4), 401-406. doi: <https://doi.org/10.1590/S2179-64912011000400019>.
- Campos, I.O., Magalhães, Y.B., Kikuchi, P., Jabur, P.A.C., Rebouças, F., e Pinheiro, G.M. (2015). Saúde mental e economia solidária: a experiência de usuários e trabalhadores de um CAPS II. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 23(2), 411-415. doi: <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoRE0523>.
- Cancela, A.G.R. (2012). *Interface entre políticas públicas de saúde mental e economia solidária: a inserção socioproductiva de pessoas com transtornos mentais* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4309>.
- Carvalhoes, A.G. (2008). *O lugar do trabalho solidário na reforma psiquiátrica brasileira* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/TMCB-7WVKRP/1/universidade_federal_de_minas_gerais.pdf.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. (2020). *Cursos Avaliados e Reconhecidos*. Brasília: Autor. Recuperado de <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf>
- Ferro, L.F., Macedo, M., e Loureiro, M.B. (2015). Economia Solidária, Saúde Mental e a prática do terapeuta ocupacional: relatos de participantes de um grupo de geração de trabalho e renda. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 23(1), 101-116. doi: <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO500>.
- Filizola, C.L.A., Teixeira, I.M.C., Milioni, D.B., e Pavarini, S.C.I. (2011). Saúde mental e economia solidária: a família na inclusão pelo trabalho. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 45(2), 418-425. doi: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000200017>.
- Hirdes, A. (2009). Autonomia e cidadania na reabilitação psicossocial: uma reflexão. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(1), 165-171. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100022>.
- Kinker, F.S. (2014). Enfrentamentos e construção de projetos de trabalho para a superação da laborterapia. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 22(1), 49-61. doi: <https://doi.org/10.4322/cto.2014.006>.
- Lima, C.M.A. (2019). *Saúde mental e trabalho: reconstrução de identidade e emancipação social* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/334187>.

- Lima, I.B., Silva, J.E., e Cruz, S.S. (2013). Políticas públicas de saúde mental e economia solidária: construção de uma nova concepção. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, 7(esp), 1008-15. doi: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v7i3a11569p1008-1015-2013>.
- Lussi, I.A.O. (2009). *Trabalho, reabilitação psicossocial e rede social: concepções e relações elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-29102009-135550/pt-br.php>.
- Lussi, I.A.O., Matsukura, T.S., e Hahn, M.S. (2011). Reabilitação psicossocial: oficinas de geração de renda no contexto da saúde mental. *O Mundo da Saúde*, 34(2), 284-290. Recuperado de <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-562020>.
- Lussi, I.A.O., e Morato, G.G. (2012). O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 20(3), 369-380, 2012. doi: <https://doi.org/10.4322/cto.2012.037>.
- Lussi, I.A.O., e Pereira, M.A.O. (2011). Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 45(2), 515-521. doi: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000200030>.
- Martins, R.C.A. (2009). *Cooperativas sociais no Brasil: debates e práticas na tecitura de um campo em construção* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4276>.
- Martins, R.C.A. (2014). *Saúde mental, economia solidária e cooperativismo social: políticas públicas de reconhecimento e acesso ao trabalho (2004-2013)* (Tese de doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19284>.
- Mazaro, L.M. (2017). *Economia solidária e inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: identificando potencialidades e fragilidades* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9119>.
- Mazaro, L.M., Matsukura, T.S., e Lussi, I.A.O. (2020). Economia solidária como estratégia de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: panorama nacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(1), 127-146. doi: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1880>
- Mendes, S.M.O. (2007). *Saúde mental e trabalho: transversalidade das políticas e o caso de Juiz de Fora* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2890>.

- Milioni, D.B. (2009). *A experiência de trabalho de usuários de um CAPS, integrantes de um empreendimento solidário: construindo vidas e possibilidades* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3211>.
- Minayo, M.C.S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (14a ed.). São Paulo, Brasil: Hucitec.
- Minayo, M.C.S., e Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 237-248. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>.
- Moraes, R.C.P., e Castro-Silva, C.R. (2016). Sentidos e processos psicossociais envolvidos na inclusão pelo trabalho na saúde mental. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(3), 748-762. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703002372015>.
- Morato, G.G., e Lussi, I.A.O. (2015). Iniciativas de geração de trabalho e renda, economia solidária e terapia ocupacional: aproximações possíveis e construções necessárias. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 23(4), 733-745. doi: <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0737>.
- Mota, T.D. (2007). *As necessidades de saúde da perspectiva dos usuários de um serviço comunitário de saúde mental* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7134/tde-20042007-101132/pt-br.php>.
- Nogueira, G.B., e Ferreira, R.B.R. (2020). Economia solidária como meio de inclusão social no serviço de saúde mental de Teixeira de Freitas, BA. *Mosaicum*, 16(31), 97-113. doi: <https://doi.org/10.26893/RM31/jan/jun/2020/97-114>.
- Oliveira, F.B., Moreira, M.R.C., Lima Junior, J.F., Nascimento, D.C., Silva, F.M.S., e Antunes, J. (2018). Articulação das políticas públicas de saúde mental e economia solidária - iniciativas de geração de trabalho e renda. *Holos*, 34(6), 130-140. doi: <https://doi.org/10.15628/holos.2018.5233>.
- Pacheco, M.L. (2013). *Saúde mental e economia solidária: trabalho como dispositivo de autonomia, rede social e inclusão* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15182>.
- Pedroza, A.P., Oliveira, F.B., Fortunato, M.L., e Soares, P.F.C. (2012). Articulação saúde mental e economia solidária: relato de projeto de inclusão social. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, 13(2), 454-462. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/3955/pdf>.

- Pereira, M.O. (2009). *Análise da política do Ministério da Saúde do Brasil para a atenção integral dos usuários de álcool e outras drogas* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-11012010-145632/pt-br.php>.
- Pereira, M.O., Barros, S., e Oliveira, M.A.F. (2010). Reflexão acerca das políticas públicas brasileiras na óptica do pós-colonialismo. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, 4(2), 730-38. Recuperado de <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-20187>.
- Pinho, K.L.R. (2015). *Economia solidária e a produção de cidadania na saúde mental: um estudo dos dispositivos de inclusão social pelo trabalho no estado de São Paulo* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7650?show=full>.
- Rodrigues, A.C., e Yasui, S. (2016). Oficinas de geração de trabalho e renda na atenção psicossocial: reflexões sobre um equipamento e suas produções de cuidado. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 8(20), 1-23. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-21472016000300002&lng=pt&tlng=pt.
- Rojo, P.T., Filizola, C.L.A., Zerbetto, S.R., e Cortegoso, A.L. (2012). A experiência de incubar um empreendimento solidário formado por usuários de saúde mental. *Revista Ciência & Saúde*, 5(2), 107-116. doi: <https://doi.org/10.15448/1983-652X.2012.2.10364>.
- Santiago, E., e Yasui, S. (2015). Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 700-711. doi: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p700>.
- Santos, L.B.H. (2016). *Inclusão social pelo trabalho: estudo comparativo entre as políticas públicas de saúde mental do Brasil e da Inglaterra* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-12052017-161633/pt-br.php>.
- Sartori, L. (2011). Cooperativismo Social: notas etnográficas sobre a invenção e regulação de políticas públicas. *Ponto Urbe* [Online], 8. doi: 10.4000/pontourbe.1846.
- Sayeg, E. (2017). *Desafios da intersetorialidade entre trabalho e saúde mental* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19881/2/Evelyn%20Sayeg.pdf>.
- Silva, A.P.D., e Ferigato, S.H. (2017). Saúde mental e trabalho: diálogos sobre direito, desejo e necessidade de acesso. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 25(4), 803-816. doi: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO0951>.

- Silva, L.G., Cortegoso, A.L., e Lussi, I.A.O. (2014). Da orientação profissional à inserção laboral de usuários de serviços de saúde mental em empreendimentos econômicos solidários. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 22(2), 271-283. doi: 10.4322/cto.2014.049.
- Silva, P.M.C. (2012). *A trajetória do portador de sofrimento psíquico no processo de desinstitucionalização: história oral* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil. Recuperado de https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5120?locale=pt_BR.
- Singer, P., e Schiochet, V. (2014). Economia solidária e saúde mental: a construção da política nacional de cooperativismo social. Em: Pinho, K. L. R., Pinho, L. P., Lussi, I. A. O., e Machado, M. L. T. (Coord.), *Relatos de experiências em inclusão social pelo trabalho na saúde*. São Carlos, Brasil: Compacta Gráfica e Editora.
- Veronese, M. V. (2020). Economia solidária, saúde mental e arte/cultura: promovendo a racionalidade política dos comuns. *Polis*, 57, 1-21. doi: <https://doi.org/10.32735/S0718-6568/2020-N57-1568>.